

## PENAL

### 1. Sobre prescrição, na lei penal em vigor, assinale a alternativa correta:

- a) A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se em 2 (dois) anos, se o máximo da pena é inferior a 1 (um) ano;
- b) A prescrição depois de transitar em julgado a sentença condenatória regula-se pela pena aplicada e verifica-se nos prazos fixados no artigo 109 do Código Penal, os quais se aumentam de um terço, se o condenado é reincidente;
- c) A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada, podendo ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa;
- d) A prescrição da pena de multa ocorrerá em 2 (dois) anos, quando a multa for alternativa ou cumulativamente cominada ou cumulativamente aplicada.

### 2. Dá-se o nome de crime impossível quando:

- a) iniciada a execução, o delito não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente;
- b) nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal;
- c) o agente age por imprudência, negligência ou imperícia;
- d) se verifica a ineficácia absoluta do meio ou a absoluta impropriedade do objeto.

### 3. Pretendendo matá-lo, Tício coloca veneno no café de Mévio. Sem saber do envenenamento, Mévio ingere o café. Logo em seguida, Tício, arrependido, prescreve o antídoto a Mévio, que sobrevive, sem qualquer seqüela. Diante disso, é correto afirmar que se trata de hipótese de:

- a) crime impossível, pois o meio empregado por Tício era absolutamente ineficaz para obtenção do resultado pretendido;
- b) tentativa, pois o resultado não se consumou por circunstâncias alheias à vontade de Tício;
- c) arrependimento posterior, pois o dano foi reparado por Tício até o recebimento da denúncia;
- d) arrependimento eficaz, pois Tício impediu voluntariamente que o resultado se produzisse.

### 4. O erro sobre elemento constitutivo do tipo penal exclui:

- a) o dolo, mas permite a punição por crime culposos, sempre;
- b) o dolo, mas permite a punição por crime culposos, se previsto em lei;
- c) a culpabilidade por inexigibilidade de conduta diversa;
- d) a imputabilidade.

## PROCESSO PENAL

### 5. Assinale a alternativa correta:

- a) Os prazos processuais penais correm em dobro para o Defensor Público, exceto para apresentação de contrarrazões de recurso;
- b) É prerrogativa do defensor Público receber intimação pessoal de todos os atos e termos do processo penal;
- c) O Defensor Público não tem direito à entrevista pessoal e reservada com seu assistido se se encontrar preso ou detido;
- d) O Defensor Público tem livre ingresso em estabelecimentos policiais e prisionais, desde que previamente agendado.

### 6. Assinale a alternativa correta:

- a) É impossível a autoridade policial iniciar inquérito policial de ofício;
- b) A autoridade policial não poderá mandar arquivar autos de inquérito policial;
- c) O Ministério Público pode arquivar autos de inquérito policial;
- d) O inquérito policial é indispensável para a propositura da ação penal.

### 7. Sobre a prisão provisória, é correto afirmar:

- a) Em qualquer fase da investigação policial, poderá o juiz, de ofício, decretar a prisão preventiva do indiciado;
- b) Ausentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva, poderá o juiz, no curso do processo, decretar a prisão domiciliar do acusado caso esteja extremamente debilitado por motivo de doença grave;
- c) A partir da entrada em vigor da Lei 12.403/11, não mais se admite a prisão preventiva de acusado pela prática de crime doloso cuja sanção máxima em abstrato não ultrapasse quatro anos;
- d) A publicação de sentença condenatória, que imponha regime fechado inicialmente para cumprimento da pena privativa de liberdade, não constitui marco impeditivo para a concessão da liberdade provisória ao condenado.

## **INFÂNCIA E JUVENTUDE**

### **8. Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente:**

- a) adolescente é toda pessoa com idade igual ou maior a 12 anos, sujeito à medida de proteção e medida socioeducativa;**
- b) adolescente é toda pessoa com idade igual ou maior a 14 anos, sujeito à medida de proteção e medida socioeducativa;**
- c) adolescente é toda pessoa com idade igual ou maior a 14 anos, sujeito à medida socioeducativa apenas;**
- d) criança pode ser submetida à medida socioeducativa;**

**9. Manoela foi estuprada e dessa violência decorreu uma gravidez. Imediatamente ao nascimento desse filho, Manoela se dirigiu ao juízo da infância e juventude e declarou querer entregar seu filho à adoção, o qual foi colocado em abrigo logo nos primeiros dias de vida. Por outro lado, Antônia e Augusto, pais de Manoela, dirigiram-se à Defensoria Pública dizendo que pretendia ficar com o neto. Neste caso, o Defensor Público poderá:**

- a) ajuizar ação de adoção em favor dos avós.**
- b) ajuizar ação de guarda em favor dos avós.**
- c) os avós não poderão ficar com o neto, pois Manoela não é obrigada a manter vínculo familiar com o filho de seu agressor;**
- d) Negar atendimento, pois os avós não são parte em eventual ação de destituição do poder familiar.**

**10. Anita, empregada doméstica, dirigiu-se à Defensoria Pública declarando que no Bairro de Campina do Taquaral, onde mora, não há vagas disponíveis na creche para deixar seu filho enquanto trabalha. Ao apurar os fatos, o Defensor Público descobre que essa é uma situação recorrente no local e tem afetado várias pessoas. Nesse caso, o Defensor Público:**

- a) nada poderá fazer;**
- b) poderá solicitar ao Poder Público local para resolver a situação, mas judicialmente nada poderá fazer, tendo em vista o princípio da separação dos poderes.**
- c) poderá firmar Termo de Ajustamento de Conduta e também ajuizar Ação Coletiva para obrigar a Administração Pública a dar efetividade aos direitos fundamentais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente;**
- d) não há direito fundamental da criança violado no presente caso;**

### **11. Podem adotar:**

- a) os maiores de 18 (dezoito) anos, independente do estado civil;**
- b) os maiores de 18 (dezoito) anos, desde que casados ou em união estável;**
- c) os irmãos do adotando;**
- d) apenas os maiores de 21 (vinte e um) anos.**

## **PROCESSO CIVIL**

### **12. É competente o domicílio:**

- a) da residência da mulher, para a ação de divórcio;**
- b) do domicílio da mãe, para a ação em que se pedem alimentos;**
- c) do domicílio do pai, para a ação em que se pedem alimentos;**
- d) nenhuma das alternativas está CORRETA;**

### **13. Assinale a assertiva INCORRETA: A petição inicial será indeferida:**

- a) quando for inepta;**
- b) quando a parte for manifestamente ilegítima;**
- c) quando o autor carecer de interesse processual;**
- d) quando o Defensor Público peticionar sem a devida inscrição nos quadros da OAB;**

## **DIREITO CIVIL**

### **18. Marque a alternativa INCORRETA: São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:**

- a) os menores de dezesseis anos;**
- b) os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos;**
- c) os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade;**
- d) os pródigos;**

**15. São regimes de bens previstos pelo novo Código Civil:**

- a) comunhão total de bens; comunhão parcial de bens; separação e união estável;
- b) a comunhão universal de bens; comunhão parcial de bens; a separação de bens; e a participação final dos aquestos;**
- c) o código civil não prevê regimes de bens;
- d) somente a comunhão universal e a comunhão parcial;

**16. Quanto à união estável:**

- a) É reconhecida como entidade familiar a união estável entre duas pessoas, ainda que seja união de pessoas do mesmo sexo;**
- b) Não é reconhecida como entidade familiar;
- c) É exigível a convivência no mesmo lar e a existência de prole comum;
- d) Nenhuma das assertivas acima é capaz de conceituar a união estável.

**PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS**

**17. A respeito das funções essenciais à justiça:**

- a) a defensoria pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do artigo 5º, LXXIV, da CF;
- b) às defensorias públicas estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa, e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e subordinação ao artigo 99, § 2º, da CF;
- c) a lei complementar organizará a defensoria pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios, e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais;
- d) todas as assertivas estão corretas;**

**18. Analise as assertivas abaixo, SEGUNDO A LEI COMPLEMENTAR 80/94:**

- I - é função institucional da Defensoria Pública acompanhar inquérito policial, inclusive com a comunicação imediata da prisão em flagrante pela autoridade policial, quando o preso não constituir advogado;
- II - é função institucional da Defensoria Pública promover, prioritariamente, a solução extrajudicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em conflito de interesses, por meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos;
- III - A capacidade postulatória do Defensor Público do Estado decorre de sua nomeação e posse no cargo público, bem como da inscrição nos Quadros da Ordem dos Advogados;
- IV - Os membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná não podem sentar-se no mesmo plano que Ministério Público do Estado do Paraná;

**Estão corretas apenas as assertivas:**

- a) I e II;**
- b) I, II e III;
- c) III e IV;
- d) II e IV.

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

**19. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; e V -.....**

**Segundo o artigo 1º da Constituição da República, qual é o fundamento que está faltando (inciso V)?**

- a) o pluralismo político;**
- b) o direito de petição;
- c) o direito de defesa;
- d) o serviço militar obrigatório.

**20. Sobre a previsão do art 5º da Constituição da República:**

**I - ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente, nem privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;**

**II - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;**

**III - são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;**

**IV - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;**

**Assinale:**

- a) somente I e IV estão corretas;
- b) somente I e II estão corretas;
- c) somente I, II e III;
- d) todas estão corretas.**

**QUESTÃO DISCURSIVA DO PROGRAMA DE DIREITO PENAL**

Do que se trata o princípio da insignificância? Dê exemplos.

**QUESTÃO DISCURSIVA DO PROGRAMA DE DIREITO CIVIL**

Caso 1: FÉLIX E NICO, casal homoafetivo, pretendem se casar. Ao se dirigirem ao cartório de registro de pessoas foram informados pelo tabelião que aquele cartório não poderia efetivar o casamento dos dois, pois a lei civil prevê que o casamento é um instituto previsto apenas para a união de um homem com uma mulher.

Caso 2: HELENA vive maritalmente, sob o mesmo teto e há mais de 20 (vinte) anos, com os irmãos LAERTE e VIRGÍLIO. Nesse período ela teve filhos de forma intercalada de ambos e essa situação para a família e para os seus vizinhos sempre foi tratada de forma pública e consensual.

Tendo em vista os dois casos acima, faça uma DISSERTAÇÃO abarcando os seguintes pontos:

- a) o tratamento da lei civil aos casos de homoafetividade e poliafetividade (a lei permite a união homoafetiva e o poliamor?);
- b) a compatibilidade da lei civil com os direitos fundamentais e os direitos da personalidade;
- c) o entendimento atual da jurisprudência a respeito da união homoafetiva e o concubinato de longa duração;